



**GLADSTON
MAMEDE**

DIREITO EMPRESARIAL
BRASILEIRO

**EMPRESA E
ATUAÇÃO
EMPRESARIAL**

10^a
edição
Revista e
Atualizada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elísios – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 07.11.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M231d

Mamede, Gladston, 1966

Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial / Gladston Mamede. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01432-7

1. Direito empresarial – Brasil I. Título. II. Série

17-45808

CDU-347.736(81)

Sumário

1	HISTÓRICO.....	1
1	A invenção do comércio e do mercado	1
2	Antiguidade	4
3	Idade média e moderna.....	16
	3.1 Direito comercial no Brasil	18
4	Unificação do direito privado.....	20
5	A valorização da empresa	23
2	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	25
1	Base constitucional.....	25
2	Atuação econômica organizada	26
3	O direito de empresa	28
4	Coletividade de bens	31
5	Empresário.....	32
3	PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO EMPRESARIAL	34
1	Princípios jurídicos.....	34
2	Livre-iniciativa	35
	2.1 Livre movimentação interna de capitais	37
	2.2 Livre empreendimento	39
3	Liberdade de contratar	41

4	Regime jurídico privado	42
5	Livre concorrência.....	44
6	Função social da empresa	45
6.1	Institucionalismo	48
7	Preservação da empresa	50
8	Outros níveis principiológicos.....	52
4	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS E ATIVIDADES AFINS	54
1	O registro	54
2	Juntas comerciais	55
3	Estrutura da junta comercial.....	57
4	Atos do registro empresarial	58
5	Processo decisório	63
6	Auxiliares mercantis	66
7	Assentamento dos usos ou práticas mercantis	68
8	Redesim	70
5	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.....	77
1	Inscrição	77
1.1	Qualificação.....	78
1.2	Firma e assinatura.....	78
1.3	Capital.....	79
1.3.1	Princípios jurídicos que orientam o capital social	81
1.4	Objeto e sede da empresa	83
2	Capacidade	83
2.1	Incapacidade do sócio	86
2.2	Falecimento do empresário individual.....	86
3	Impedimento.....	88
4	Empresário casado	90
5	Estabelecimento secundário	92
6	Empresário rural	93
7	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – Eireli.....	94
7.1	Eireli <i> Holding</i>	99
8	Transformação em sociedade.....	101

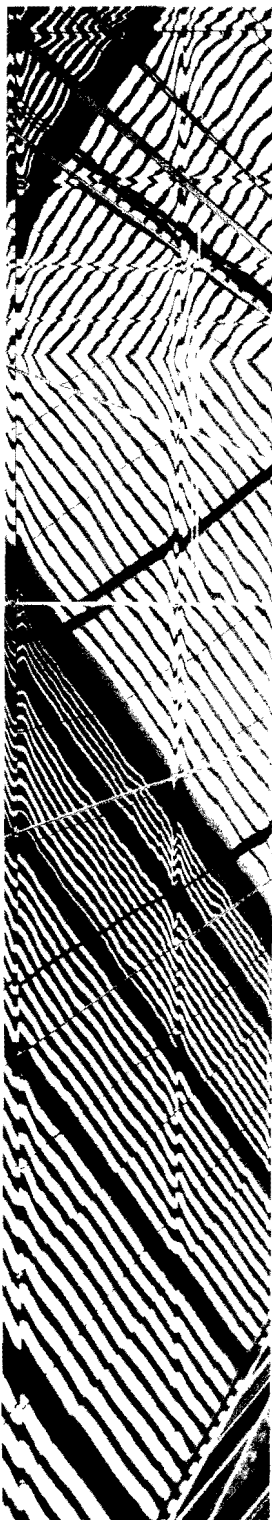
6	MICRO E PEQUENA EMPRESA	103
1	Tratamento especial	103
2	Definições	104
3	Empresário e sociedade (simples ou empresária)	108
4	Constituição	110
5	Benefícios do regime especial	113
7	NOME EMPRESARIAL.....	119
1	Nome	119
1.1	Firma	120
1.2	Denominação.....	122
2	Nome e tipo empresarial.....	124
3	Natureza jurídica.....	126
4	Proteção ao nome empresarial.....	127
4.1	Tutela do nome empresarial	129
4.2	Proteção à razão empresarial	130
4.3	Proteção à denominação	131
5	Nome, marca e título de estabelecimento.....	132
6	Extinção	134
8	ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL.....	136
1	Expressão contábil da empresa	136
2	Forma da escrituração	137
2.1	Requisitos extrínsecos	138
2.2	Requisitos intrínsecos	139
3	Guarda e conservação da escrituração	140
4	Valor probante da escrituração empresarial	140
4.1	Sigilo escritural.....	142
4.2	Exibição parcial da escrituração	145
4.3	Fiscalização fazendária	146
5	Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).....	147
9	O DIÁRIO	149
1	Livro Diário	149
2	Balanço patrimonial	151
2.1	Ativo.....	153

2.2	Passivo exigível	154
2.3	Patrimônio líquido	155
2.4	Outras rubricas de segurança	157
2.5	Inventário	158
2.5.1	Outros valores do ativo	162
2.6	Exemplo de balanço	164
3	Micro e pequenos empresários	165
10	ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL COMPLEMENTAR	167
1	Resultado econômico da empresa	167
2	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	167
3	Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	170
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	173
5	Demonstração dos fluxos de caixa	175
6	Demonstração do valor adicionado	177
7	Outros livros obrigatórios	178
8	Livros facultativos	181
11	ESTABELECIMENTO	184
1	Estabelecimento	184
2	Individualização do estabelecimento	186
3	Objetivação jurídica do estabelecimento	190
4	Aviamento	191
4.1	Expressão isolada do aviamento ou benefício de mercado	193
4.2	Outros tratamentos isolados do aviamento	195
5	Trespasse	196
5.1	Contratos no trespasse	200
5.2	Créditos no trespasse	202
5.3	Restabelecimento	203
5.4	Nome empresarial no trespasse	205
6	Penhor do estabelecimento	206
6.1	Anticrese do estabelecimento empresarial	209
6.2	Penhora do estabelecimento empresarial	212
12	TECNOLOGIA	214
1	Bens intelectuais	214

2	Patentes	216
2.1	Exceções	217
3	Pedido de patente.....	219
4	Carta de patente.....	222
5	Nulidade da patente	224
6	Emprego da patente.....	225
7	Extinção da patente	227
8	Topografia de circuitos integrados (<i>chips</i>).....	229
9	Desenho industrial	234
10	<i>Software</i>	236
13	MARCA.....	241
1	Signos e empresas	241
2	Registro de marca.....	242
3	Marcas registráveis.....	244
3.1	Marcas não registráveis.....	247
4	Relações entre marcas	251
4.1	Distância entre marcas: a marca fraca	253
4.2	Acordos de coexistência	256
4.3	Relações entre marca nome e título de estabelecimento	257
4.4	Relações entre marca e nome da pessoa natural	259
5	Direitos sobre a marca	262
5.1	Importações paralelas e Direito Marcário	268
5.2	Contrato de nominação.....	271
6	Perda do direito de marca	272
7	Material publicitário.....	275
14	CLIENTELA E FREGUESIA	280
1	Clientela.....	280
2	Freguesia.....	283
3	Ponto empresarial	284
3.1	Ponto empresarial eletrônico.....	286
4	Ponto empresarial locado	287
4.1	Direito à renovação.....	289
4.2	Requisitos para a renovação	290

4.3	Ação renovatória.....	293
4.3.1	Legitimidade para ação.....	295
4.4	Contestação	297
4.4.1	Exceção de retomada	299
4.4.2	Presunção de sinceridade	301
4.4.3	Retomada insincera ou desidiosa	302
4.5	Improcedência da renovação.....	304
4.6	Ação de despejo	305
5	Identidade visual (<i>trade dress</i> e <i>product dress</i>).....	307
15	SHOPPING CENTERS.....	311
1	<i>Shopping centers</i>	311
1.1	Sujeitos da relação	312
2	Locação em <i>shopping center</i>	314
2.1	Reserva de localização	314
3	Locação.....	317
3.1	Ponto empresarial locado.....	320
3.2	Despesas com áreas comuns.....	321
4	Prestação de serviços de administração de <i>shopping center</i>	323
4.1	Auditoria da contabilidade.....	325
4.2	Inexistência de condomínio e síndico	327
5	Contrato de adesão ao empreendimento.....	328
5.1	Limitação da concorrência e da liberdade de agir	330
6	Regimento interno.....	331
7	Fundo de promoção e publicidade	332
8	Associação de lojistas	333
9	Responsabilidade pelo empreendimento	336
9.1	Segurança.....	338
16	FRANQUIA EMPRESARIAL	340
1	Histórico	340
2	Lei 8.955/94	343
2.1	As partes e suas relações	344
2.1.1	Subfranqueamento.....	348
2.1.2	Fornecedores e prestadores de serviços do sistema	349
2.2	Identidade empresarial	350

2.3	Distribuição exclusiva	352
3	Circular de oferta de franquia	354
4	Contrato de franquia	362
5	Extinção da franquia.....	364
17	PREPOSTOS	366
1	Aspectos genéricos	366
2	Responsabilidade civil por ato do preposto	367
3	Substabelecimento	369
4	Exclusividade	370
5	Gerência.....	371
6	Representação em juízo.....	372
7	Contabilistas	374
8	Terceirização.....	375
18	REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.....	379
1	Base legal	379
2	Elementos do contrato de representação.....	380
3	Desempenho da atividade.....	382
4	Comissões	384
5	Rescisão do contrato.....	387
5.1	Rescisão motivada pelo representado.....	389
5.2	Rescisão motivada pelo representante.....	391
6	Foro para controvérsias	392
	BIBLIOGRAFIA	395
	ÍNDICE REMISSIVO.....	401



**GLADSTON
MAMEDE**

DIREITO EMPRESARIAL
BRASILEIRO

**DIREITO
SOCIETÁRIO**
SOCIEDADES
SIMPLES E
EMPRESÁRIAS

10^a
edição
Revista e
Atualizada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafator o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 17.11.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M231d

Mamede, Gladston, 1966-

Direito societário : sociedades simples e empresárias / Gladston Mamede. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo : Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01446-4

1. Direito empresarial – Brasil. 2. Sociedade simples – Legislação – Brasil. 3. Sociedade por ações – Brasil. I. Título. II. Série.

17-46013

CDU: 347.7(81)

Sumário

PARTE GERAL CONTRATO DE SOCIEDADE

1	CONTRATO DE SOCIEDADE.....	3
1	Elementos contratuais	3
2	Sociedades simples e empresárias.....	5
3	Sociedades não personificadas.....	8
4	Sociedade em comum.....	8
4.1	Patrimônio social e responsabilidade dos contratantes	11
5	Sociedade em conta de participação	13
5.1	Posição ostensiva	14
5.2	Constituição.....	16
5.3	Término e liquidação.....	18
2	PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES.....	21
1	Pessoa jurídica.....	21
1.1	Elementos da existência das pessoas jurídicas	23
1.2	Existência e funcionamento lícitos: deveres gerais de conduta societária	25
2	Ato constitutivo	26

3	Autorização para o registro.....	28
3.1	Sociedade nacional	29
3.2	Sociedade estrangeira	31
4	Nulidade absoluta ou relativa do registro.....	33
5	Sócio incapaz	35
6	Sociedade entre cônjuges	37
7	Micro e pequena empresa	38
3	CONTRATO SOCIAL.....	41
1	Sociedades contratuais	41
2	Sociedades de pessoas e sociedades de capital.....	42
3	Contrato social	44
3.1	Sócios: identificação e qualificação.....	46
3.2	Qualificação da sociedade	47
3.2.1	Nome empresarial	47
3.2.2	Objeto social.....	47
3.2.3	Sede	48
3.2.4	Prazo de duração.....	49
3.3	Capital	50
3.4	Quotas	51
3.5	Realização do capital social.....	52
3.6	Administração e representação	54
3.7	Participação em lucros e perdas	55
3.8	Responsabilidade subsidiária dos sócios.....	56
3.9	Reformabilidade do contrato.....	57
3.10	Extinção.....	57
4	Registro.....	58
4.1	Abertura e fechamento da atividade negocial.....	59
5	Modificações do contrato social	63
6	Acordo de quotistas	65
4	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS.....	68
1	Relações jurídicas sociais.....	68
2	Pessoalidade.....	69
3	Contribuições sociais	71
3.1	Contribuição em serviço	72
3.2	Responsabilidade pela transferência de bens e créditos	73

4	Lucros e perdas.....	74
5	<i>Affectio societatis</i>	75
6	Obrigações contratuais.....	77
7	Conflitos sociais e arbitragem	78
5	ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA	81
1	Administração	81
2	Administração coletiva e conjunta	82
2.1	Conflito de interesses	84
3	Constituição de administrador.....	85
3.1	Administrador provisório (temporário)	88
4	Atuação do administrador	90
5	Responsabilidade civil	92
6	Prestação de contas e fiscalização	93
7	Término da administração	95
8	Sociedades de grande porte	96
6	DISSOLUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DA SOCIEDADE.....	100
1	Resolubilidade	100
2	Morte de sócio.....	101
2.1	Morte de cônjuge do sócio ou sua separação.....	103
3	Direito de recesso	104
3.1	Sociedade contratada por prazo determinado	105
3.2	Sociedade contratada por prazo indeterminado	106
4	Exclusão do sócio	107
4.1	Incapacidade superveniente.....	109
4.2	Falta grave	109
4.3	Falência do sócio.....	112
4.4	Penhora da quota.....	112
5	Liquidação de quota	113
5.1	Responsabilidade residual.....	116
5.2	Atos do ex-sócio	117
6	Dissolução (total) da sociedade	118
7	Transformação: fundação ou firma individual.....	122
7	LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE.....	124
1	Procedimentos de dissolução.....	124

2	Liquidante	125
3	Atos de liquidação	127
3.1	Prestação de contas.....	132
4	Dissolução e liquidação judicial	133
4.1	Liquidação judicial.....	136
5	Sonegação de bens	139
8	COLIGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO... ..	141
1	Sociedades coligadas: controle, filiação e mera participação.....	141
1.1	Participação recíproca.....	143
2	Transformação	144
3	Incorporação societária	145
4	Fusão societária.....	149
5	Cisão societária	151
6	Justificação	156
7	Protocolo.....	157
8	Efeitos da metamorfose societária	158
9	<i>Due dilligence</i> (auditoria prévia)	161
9	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	163
1	Mau uso da personalidade jurídica	163
1.1	Dolo e fraude	166
1.2	Desvio de finalidade.....	167
1.3	Confusão patrimonial	167
2	Relações de consumo.....	168
2.1	Abuso de direito.....	169
2.2	Excesso de poder.....	170
2.3	Infração da lei, fato ou ato ilícito	170
2.4	Má administração	171
2.5	Ressarcimento frustrado	172
3	Relações de trabalho	179
4	Definição da obrigação e do responsabilizado.....	179
4.1	Extensão da obrigação sobre a empresa coligada.....	183
4.2	Situações de fato.....	185
5	Tutela jurisdicional.....	186
6	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	187
7	Prescrição.....	189

PARTE ESPECIAL I
SOCIEDADES CONTRATUAIS EM ESPÉCIE

10	SOCIEDADE SIMPLES	193
1	Elemento caracterizador.....	193
2	Tipos de sociedade simples	194
3	Ato de constituição	194
4	Relações entre os sócios.....	195
5	Administração	196
11	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	198
1	Nome coletivo	198
2	Estrutura	199
3	Obrigações sociais	200
4	Administração	201
5	Penhorabilidade da quota.....	202
12	SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES	204
1	Comanditar	204
2	Responsabilidade do sócio	205
3	Responsabilidade do ex-sócio	206
4	Contrato social	208
5	Atuação societária	209
6	Morte de sócio.....	210
7	Unicidade de categorias.....	211
13	SOCIEDADE LIMITADA: ESTRUTURA	212
1	Limite de responsabilidade	212
2	Regime jurídico	213
3	Contrato social	214
4	Quotas	214
4.1	Integralização	215
4.2	Indivisibilidade	216
4.3	Condomínio de quota.....	217
4.4	Cessão de quotas.....	218
4.5	Usufruto de quota	221
4.6	Penhor de quota.....	222
4.7	Penhora de quota	223

5	Sócio remisso	224
6	Capital social	225
6.1	Aumento de capital	226
6.2	Redução de capital	228
14	SOCIEDADE LIMITADA: FUNCIONAMENTO	230
1	Administração	230
2	Administração da atividade negocial (gerência)	231
3	Tempo de exercício da administração	235
4	Podere s e deveres do administrador	237
5	Prestação de contas	238
6	Responsabilidade civil	240
7	Conselho fiscal	241
8	Deliberações sociais	242
8.1	Reunião ou assembleia de sócios	244
8.2	Convocação	246
8.3	Participação e votação	248
9	Dissolução total ou parcial	250
9.1	Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários	251

PARTE ESPECIAL II

SOCIEDADES INSTITUCIONAIS (ESTATUTÁRIAS)

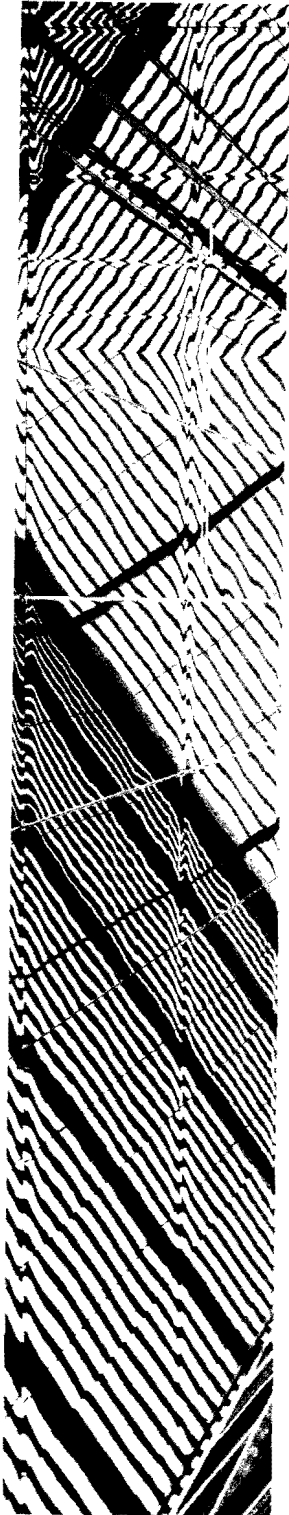
15	INTRODUÇÃO ÀS SOCIEDADES POR AÇÕES	259
1	Sociedade institucional ou estatutária	259
2	Estatuto social	260
2.1	Objeto social	261
2.2	Denominação	262
2.3	Outros elementos qualificadores	264
2.4	Reforma do estatuto	265
3	Escrituração	266
3.1	Livros sociais	268
3.2	Responsabilidade pela escrituração regular	270
4	Publicações	271
5	Companhias abertas ou fechadas	272

6	A Comissão de Valores Mobiliários	273
6.1	Natureza jurídica e administração	274
6.2	Competência	275
6.3	Poderes	277
6.4	Sanções disciplinares	280
7	Negociação no mercado	281
7.1	Bolsa de Valores e mercado de balcão	283
8	Registro de companhia aberta	283
9	Fechamento de capital	285
16	CAPITAL SOCIAL E AÇÕES	289
1	Ações e suas espécies, classes e formas	289
2	Ações ordinárias	292
3	Ações preferenciais	294
4	Ações de classe especial	299
5	Ações com vantagens políticas	301
6	Ações de fruição (amortização de ações)	302
6.1	Resgate de ações	302
6.2	Ações resgatáveis	303
7	Forma das ações	304
7.1	Ações escriturais	304
8	Modificação do capital social	305
8.1	Direito de preferência	308
8.2	Redução do capital social	311
17	CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	314
1	Fundação	314
2	Subscrição pública	316
3	Assembleia geral dos subscritores	318
4	Subscrição particular	321
5	Integralização das ações	323
5.1	Integralização por incorporação de bens	323
5.2	Incorporação de imóveis	326
5.3	Acionista remisso	327
6	Registro	330
18	TITULARIDADE E NEGOCIABILIDADE DA AÇÃO	332
1	Cambiaridade	332

2	Emissão de ações	333
3	Certificado de ação	334
4	Custódia de ações fungíveis	335
5	Negociabilidade	337
5.1	Procuração	338
5.2	Negociação de ações pela companhia: resgate, reembolso, amortização e recompra	341
6	Direitos de terceiros sobre a ação	342
6.1	Penhor de ação	343
6.2	Alienação fiduciária em garantia	344
6.3	Usufruto	344
6.4	Demais cláusulas e ônus	346
19	OUTROS TÍTULOS SOCIETÁRIOS	347
1	Partes beneficiárias	347
1.1	Emissão de partes beneficiárias	348
1.2	Convertibilidade em ações	350
2	Debêntures	351
2.1	Agente fiduciário	352
2.2	Emissão de debêntures	353
2.3	Espécies e formas	357
2.4	Certificado de debêntures	359
2.5	Convertibilidade em ações	360
2.6	Assembleia de debenturistas	360
2.7	Adimplemento	361
2.8	Cédula de debêntures	362
3	Bônus de subscrição	363
4	Notas promissórias	364
20	DIREITOS DOS ACIONISTAS	366
1	Tipologia	366
2	Defesa dos direitos e arbitragem	367
3	Voto	370
4	Aquisição do direito de voto pelas ações preferenciais	370
5	Abuso do direito de voto	372
6	Acordo de acionistas	375
6.1	Execução	378
6.2	Resolução	380

7	Direito de retirada	382
7.1	Reembolso	384
8	Exclusão de acionista.....	386
21	ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS.....	390
1	Assembleia geral	390
1.1	Convocação	394
1.2	Funcionamento.....	396
1.3	Assembleia ordinária e prestação de contas.....	398
1.4	Quórum de votação.....	400
2	Órgãos de administração	401
3	Conselho de administração.....	403
4	Diretoria.....	405
5	Deveres dos administradores	408
6	Responsabilidade dos administradores	411
7	Conselho fiscal	416
8	Órgãos técnicos e consultivos	420
9	Sociedade em comandita por ações	420
22	CONTROLE, COLIGAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE	422
1	Controle acionário.....	422
2	Sociedade controladora.....	425
3	Alienação do controle.....	427
4	Oferta pública de aquisição de controle acionário	430
5	Subsidiária integral	433
6	Coligação e participação.....	437
7	Grupo de sociedades	438
8	Consórcio	442
23	RESULTADOS ECONÔMICOS	444
1	Finalidade econômica.....	444
2	Demonstrações periódicas	445
3	Resultados do exercício	448
4	Lucro e reservas.....	450
5	Dividendos	452
5.1	Dividendo obrigatório.....	454

24	DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO	456
1	Dissolução	456
2	Dissolução de pleno direito.....	457
3	Dissolução por decisão judicial	459
4	Dissolução por decisão administrativa	461
5	Dissolução parcial	461
6	Liquidação e extinção	464
25	SOCIEDADE COOPERATIVA	467
1	Cooperativismo	467
2	Natureza jurídica.....	468
2.1	Características essenciais	471
2.2	Especialidade.....	477
3	Constituição	478
4	Admissão, eliminação e exclusão de cooperados	480
4.1	Concorrência com a cooperativa	481
5	Assembleia geral	486
6	Órgãos da administração	488
7	Fusão, incorporação e desmembramento.....	490
8	Dissolução e liquidação	491
8.1	Responsabilidade subsidiária pelo passivo não satisfeito	492
	REFERÊNCIAS	495
	ÍNDICE REMISSIVO.....	504



**GLADSTON
MAMEDE**

DIREITO EMPRESARIAL
BRASILEIRO

**TÍTULOS DE
CRÉDITO**

10^a
edição
Revista e
Atualizada

 | atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 27.10.2017

- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M231d

Mamede, Gladston

Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito / Gladston Mamede. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01412-9

1. Direito empresarial - Brasil. I. Título.

17-45397

CDU: 347.7(81)

Sumário

PARTE GERAL

TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1	ASPECTOS CONCEITUAIS	3
1	Crédito	3
2	Título	4
3	Outros títulos	5
4	Cambiaridade.....	7
5	Emissão e seus efeitos.....	9
	5.1 Princípio da incorporação	11
6	Obrigações representáveis	12
2	ASPECTOS GERAIS	13
1	Definição legal.....	13
2	Cartularidade.....	13
3	Literalidade	15
4	Autonomia	17
5	Independência.....	18
6	Abstração	19
7	Relativização dos princípios	20
3	REQUISITOS	23
1	Agente capaz	24

2	Objeto lícito, possível e determinável.....	25
3	Emissão lícita	27
4	Forma prescrita em lei.....	29
5	Data de emissão	30
6	Data de vencimento.....	31
7	Precisão dos direitos conferidos.....	32
8	Assinatura	34
8.1	Assinatura falsa.....	38
8.2	Outras falsidades	39
9	Local	40
10	Emissão eletrônica.....	42
11	Moeda estrangeira.....	43
12	Partes em branco.....	46
12.1	Extravio da cártula em branco.....	47
13	Erros e rasuras.....	48
4	TRANSFERÊNCIA DO TÍTULO	50
1	Aspectos gerais.....	50
2	Sucessão de direitos	51
3	Analogia à coisa móvel	51
4	Título ao portador	53
5	Título à ordem.....	54
6	Características do endosso.....	56
6.1	Data do endosso.....	61
7	Sequência de endossos	62
8	Responsabilidade pelo crédito endossado	63
9	Defesa do devedor	65
10	Endosso-mandato.....	67
10.1	Ausência das restrições do endosso-translatício.....	72
11	Endosso-penhor	73
12	Título nominativo.....	76
13	Dano, perda, extravio ou desapossamento injusto do título.....	77
13.1	Ação de substituição de título de crédito	78
13.2	Ação de anulação e substituição de título de crédito	81
13.3	Ação reivindicatória de título de crédito	83

5	AVAL.....	85
1	Definição.....	85
2	Distinções da fiança.....	86
3	Conexão de títulos.....	89
4	Caracterização do aval.....	90
	4.1 Autorização do cônjuge.....	91
	4.2 Aval por representante.....	95
5	O avalizado.....	97
6	Unilateralidade e autonomia do aval.....	98
7	Limites à autonomia do aval.....	100
8	Direito de regresso.....	100
9	Extinção do aval.....	102
6	ADIMPLEMENTO E INADIMPLEMENTO.....	105
1	Pagamento.....	105
2	Protesto.....	107
	2.1 Microempresa e empresa de pequeno porte.....	111
	2.2 Cancelamento do protesto.....	113
3	Sustação de protesto.....	113
4	Prescrição.....	117

PARTE ESPECIAL

TAXIONOMIA DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

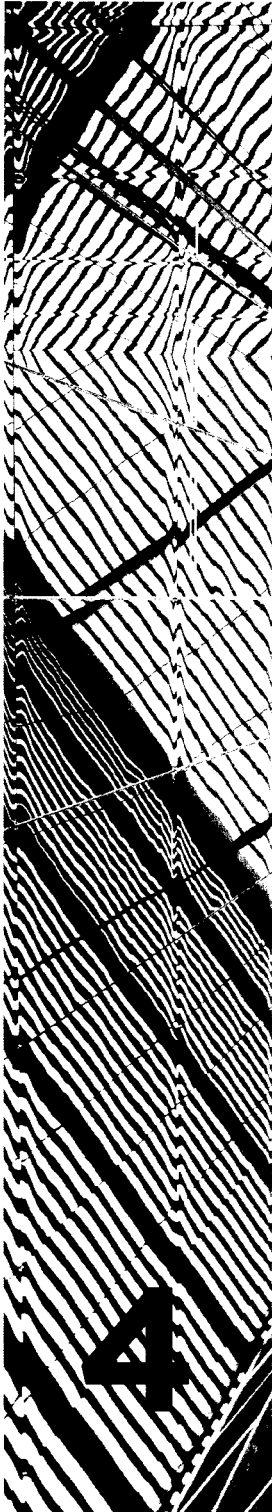
7	LETRA DE CÂMBIO.....	123
1	Conceito e requisitos.....	123
	1.1 Denominação letra.....	124
	1.2 Declaração de pagamento certo.....	125
	1.3 O sacado.....	126
	1.4 Época do pagamento.....	127
	1.4.1 Juros.....	129
	1.5 Lugar do pagamento.....	130
	1.6 O tomador.....	131
	1.7 Local e data de emissão.....	131
	1.8 Assinatura do sacador.....	132
2	Vias múltiplas e cópias.....	134
3	Endosso.....	135
	3.1 Cadeia de endossos.....	137
4	Aceite.....	139

4.1	Recusa de aceite.....	141
5	Aval.....	143
6	Pagamento	143
6.1	Execução do crédito	146
7	Intervenção	147
8	NOTA PROMISSÓRIA.....	150
1	Conceito e requisitos	150
2	Emissão em branco.....	155
3	Autonomia e abstração	156
4	Regime da letra de câmbio.....	158
5	Nota promissória rural	161
9	CHEQUE.....	163
1	Conceito.....	163
1.1	Breve histórico	164
2	Conta bancária	165
3	Requisitos do cheque	167
4	Tipologia do cheque	171
5	Autonomia, abstração e independência	176
6	Endosso.....	178
7	Aval.....	182
8	Prazo de apresentação.....	183
8.1	Cheque pós-datado	184
8.2	Acatamento da ordem	185
9	Revogação, sustação e cancelamento	187
9.1	Oposição ou sustação.....	188
9.2	Cancelamento da folha de cheque	189
10	Ação por falta de pagamento	190
10.1	Prazo para ajuizamento.....	192
10.2	Sujeitos passivos	193
10.3	Exigibilidade do cheque prescrito.....	194
10	DUPLICATA.....	198
1	Conceito.....	198
1.1	Fatura	199

1.2	Duplicata	200
1.3	Venda por consignatário ou comissário	200
1.4	Duplicata de prestação de serviços	201
1.4.1	Profissionais liberais e prestadores eventuais de serviço ...	201
2	Requisitos da duplicata.....	202
2.1	Denominação, data e número de ordem	210
2.1.1	Registro de duplicatas	210
2.2	Número da fatura.....	211
2.3	Vencimento.....	212
2.4	Qualificação do vendedor e do comprador.....	212
2.5	Importância a pagar	213
2.5.1	Pagamento parcelado	214
2.5.2	Pagamento contra entrega ou em prazo menor que 30 dias	215
2.6	Praça de pagamento.....	215
2.7	Cláusula à ordem	216
2.8	Declaração de exatidão	216
2.9	Assinatura do emitente	217
2.10	Duplicata simulada	217
3	Remessa e devolução da duplicata	218
3.1	Aceite e recusa de aceite.....	219
4	Adimplemento.....	220
4.1	Pagamento parcial	222
4.2	Reforma ou prorrogação	222
4.3	Aval	223
5	Endosso.....	224
6	Protesto.....	225
6.1	Triplicata ou indicação.....	226
6.2	Protesto de duplicata simulada.....	227
7	Execução da duplicata	230
7.1	Execução de duplicata ou triplicata não devolvida.....	232
7.2	Correção monetária e juros	232
7.3	Ação ordinária ou monitória	233
7.4	Prescrição	233
8	Duplicata rural	234
9	Duplicata escritural (eletrônica ou virtual)	235

11	NOTAS E CÉDULAS DE CRÉDITO	238
1	Conceito.....	238
1.1	Tipologia	239
1.2	Um contrato.....	240
2	Requisitos.....	241
3	Garantia real	248
4	Transferência	253
5	Exigibilidade	255
5.1	Pagamento.....	257
5.2	Execução	257
5.3	Prescrição	258
12	CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E LETRAS FINANCEIRAS	260
1	Cédulas de crédito bancário.....	260
2	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	262
2.1	Cobrança indevida	264
2.2	Natureza jurídica do valor cobrado a maior.....	266
2.3	Declaração, compensação e execução.....	266
3	Endosso.....	268
4	Garantias.....	270
5	Pagamento e inadimplemento	275
6	Letras financeiras	276
13	CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E WARRANT	279
1	Conceito.....	279
2	Distinções.....	281
3	Requisitos.....	281
4	Transferência	287
5	Adimplemento.....	288
6	Excussão do <i>warrant</i>	289
7	Cooperativas	291
14	TÍTULOS DE GARANTIA IMOBILIÁRIA	292
1	Letra hipotecária	292
2	Letra imobiliária.....	293
3	Cédula hipotecária	294

4	Letra de crédito imobiliário	298
4.1	Elementos.....	298
4.2	Crédito imobiliário.....	300
4.3	Garantia	302
5	Cédula de crédito imobiliário	306
5.1	Emissão	308
5.2	Garantias.....	311
15	TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO.....	313
1	Certificado de depósito agropecuário e o <i>warrant</i> agrário.....	313
1.1	Características	316
1.2	Emissão	317
1.3	Circulação.....	319
2	Certificado de direitos creditórios do agronegócio	320
3	Letra de crédito do agronegócio.....	322
4	Certificado de recebíveis do agronegócio	324
5	Elementos comuns	325
6	Cédula de produto rural	325
6.1	Liquidação financeira.....	329
6.2	Regime jurídico.....	330
	REFERÊNCIAS	333
	ÍNDICE REMISSIVO.....	339



**GLADSTON
MAMEDE**

DIREITO EMPRESARIAL
BRASILEIRO

**FALÊNCIA E
RECUPERAÇÃO
DE EMPRESAS**

10^a
edição
Revista e
Atualizada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Data de fechamento: 01.10.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M231f

Mamede, Gladston

Falência e recuperação de empresas / Gladston Mamede. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

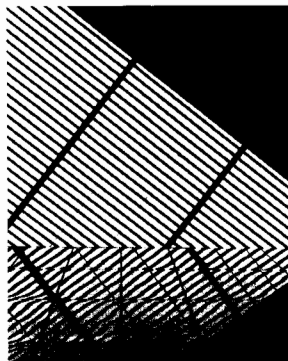
Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01886-8

1. Direito empresarial – Brasil. 2. Falência - Brasil. 3. Sociedades comerciais – Recuperação – Brasil. I. Título. II. Série.

18-52819

CDU: 347.7(81)



Sumário

1	INSOLVÊNCIA.....	1
1	1 O risco de empreender	1
2	2 Obrigação e solução	3
3	3 Princípio geral da solvabilidade jurídica.....	4
4	4 Execução coletiva	7
5	5 Histórico	8
2	INSOLVÊNCIA EMPRESÁRIA	13
1	1 Regime jurídico para a insolvência empresária.....	13
1.1	1.1 Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	14
1.2	1.2 Instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios e entidades de previdência complementar	14
1.3	1.3 Sociedades operadoras de plano de assistência à saúde.....	16
1.4	1.4 Sociedade seguradora e sociedade de capitalização	17
1.5	1.5 Outras entidades legalmente equiparadas às anteriores	18
1.6	1.6 Exploração de serviços aéreos e infraestrutura aeronáutica	18
2	2 Câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira.....	19
3	3 Competência para processamento.....	21
3.1	3.1 Principal estabelecimento	25
4	4 Participação do Ministério Público.....	26

3	DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA....	29
1	Obrigações exigíveis na recuperação judicial ou na falência	29
1.1	Obrigações a título gratuito	30
1.2	Despesas	32
1.2.1	Justiça gratuita.....	34
1.3	Pensões alimentícias	35
2	Suspensão da prescrição.....	35
3	Suspensão de ações e execuções	37
3.1	Demandas por quantias ilíquidas	40
3.2	Reserva de valores	43
3.3	Suspensão na recuperação judicial	44
3.4	Execuções fiscais	45
3.5	Ações sem efeitos patrimoniais econômicos	47
3.6	Ações ainda não ajuizadas	48
3.7	Relações jurídicas posteriores.....	49
4	Prevenção de jurisdição	50
5	Desconsideração da personalidade jurídica e a <i>vis attractiva</i> do juízo universal	51
4	ADMINISTRADOR JUDICIAL	54
1	Efetivação de atos.....	54
2	Idoneidade.....	55
3	Preferência por advogado, economista, administrador de empresas ou contador.....	56
4	Pessoa jurídica	57
5	Posse, substituição, destituição e responsabilidade.....	58
6	Competência	60
6.1	Competência comum à falência e recuperação judicial	60
6.2	Competência específica à recuperação judicial	66
6.3	Competência específica à falência	68
7	Remuneração.....	78
5	MANIFESTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS CREDORES	81
1	Credores no juízo universal	81
2	Assembleia geral de credores	82
2.1	Convocação e instalação.....	83

2.2	Participação e assistência	84
2.3	Direito de voto	85
2.4	Composição	88
3	Credores minoritários, majoritários e controladores.....	90
4	Comitê de credores.....	91
4.1	Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência.....	93
4.2	Atribuições específicas à recuperação judicial	97
5	Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores.....	99
6	Aceitação de terceiros interessados	100
6	VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS.....	103
1	Verificação de créditos.....	103
2	Habilitação de créditos	105
3	Impugnação das habilitações.....	110
3.1	Processamento.....	112
3.2	Recurso.....	115
3.3	Habilitações tardias.....	116
4	Quadro geral de credores.....	119
5	Retificação do quadro geral de credores	120
7	INTRODUÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS	123
1	Preservação da empresa	123
2	Possibilidade jurídica	125
3	Legitimidade jurídica	130
3.1	Legitimidade passiva: créditos e credores alcançados.....	131
3.2	Exceções	136
4	Interesse processual	140
8	PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS	141
1	Petição inicial.....	141
1.1	Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira	142
1.2	Demonstrações contábeis	143
1.2.1	Balanço patrimonial	144
1.2.2	Demonstração de resultados acumulados	144
1.2.3	Demonstração do resultado desde o último exercício...	145

1.2.4	Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção ...	145
1.2.5	Documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares	146
1.2.6	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	147
1.3	Relação nominal de credores	148
1.4	Relação nominal de empregados	149
1.5	Documentos do registro no comércio	150
1.6	Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor	150
1.7	Extratos de contas bancárias e aplicações financeiras	152
1.8	Certidões dos cartórios de protestos	153
1.9	Relação de ações judiciais	153
2	Processamento do pedido	154
9	PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEU PROCESSAMENTO	158
1	Apresentação do plano de recuperação judicial	158
2	Meios de recuperação judicial da empresa	159
2.1	Vedações: proteção a trabalhadores e pensionistas.....	163
3	Procedimento de recuperação judicial.....	165
4	Assembleia geral deliberativa sobre o plano de recuperação	168
4.1	Deliberação e votação	170
4.2	Resultados da deliberação	173
4.3	Certidão negativa de débitos fiscais	175
5	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	176
6	Empresas concessionárias de serviço público	179
6.1	Parceria público-privada	181
10	REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	183
1	Efeitos da recuperação judicial	183
2	Alienação de estabelecimentos	186
2.1	Desoneração dos ativos alienados judicialmente	189
3	Duração da recuperação judicial.....	191
4	Condução da atividade empresária	193
4.1	Condenação penal transitada em julgado.....	195
4.2	Indícios veementes de crime previsto na Lei 11.101/05.....	196
4.3	Dolo, simulação ou fraude.....	197

4.4	Comportamento incompatível	198
4.4.1	Gastos pessoais manifestamente excessivos	199
4.4.2	Despesas injustificáveis.....	201
4.4.3	Descapitalização injustificada da empresa	204
4.4.4	Simulação ou omissão de créditos.....	206
4.5	Negativa de informações	207
4.6	Previsão no plano recuperatório	207
5	Gestor judicial.....	208
6	Convolação da recuperação judicial em falência.....	211
7	Sentença de encerramento	212
11	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA.....	213
1	Extrajudicialidade	213
2	Requisitos	215
3	Recuperação extrajudicial ordinária	216
4	Recuperação extrajudicial extraordinária.....	217
4.1	Plano de recuperação extrajudicial extraordinária	219
5	Homologação.....	220
12	INTRODUÇÃO À FALÊNCIA	222
1	Disposições gerais	222
2	Processo falimentar	223
3	Juízo falimentar	224
4	Estado falimentar.....	226
4.1	Impontualidade	226
4.1.1	Protesto.....	228
4.2	Execução frustrada.....	230
4.3	Atos de falência.....	232
4.3.1	Liquidação precipitada de ativos, pagamento ruinoso ou fraudulento.....	233
4.3.2	Atos para retardar pagamentos ou fraudar credores....	235
4.3.3	Transferência irregular do estabelecimento	237
4.3.4	Transferência simulada do estabelecimento	239
4.3.5	Dação irregular de garantia real.....	240
4.3.6	Ausência, abandono do estabelecimento ou ocultação ...	241
4.3.7	Desrespeito ao plano de recuperação	242

13	PRETENSÃO E CONTRAPRETENSÃO FALIMENTAR	244
1	Legitimidade para a ação falimentar	244
1.1	O próprio devedor	245
1.2	Sucessores <i>causa mortis</i>	245
1.3	Sócio	246
1.4	Credor	247
1.5	Liquidante	248
2	Jurisdição falimentar voluntária	249
3	Jurisdição falimentar contenciosa	253
3.1	Extinção em face de pedido recuperatório	254
3.2	Depósito elisivo	257
3.2.1	Elisão pelo pagamento	258
3.2.2	Elisão pela caução	259
3.3	Contestação	260
4	Revelia	264
14	INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	266
1	Instrução	266
2	Sentença de procedência	267
2.1	Termo legal da falência	269
2.2	Relação nominal de credores	271
2.3	Diligências para salvaguardar os interesses das partes	274
2.4	Registro da falência	275
2.5	Continuação provisória das atividades e lação dos estabelecimentos	276
3	Falência dos sócios com responsabilidade ilimitada	279
4	Falência do espólio	280
5	Falência do empresário individual de responsabilidade limitada	281
6	Sentença de improcedência e abuso no pedido	282
7	Recursos	285
8	Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilização civil	286
8.1	Indisponibilidade de bens	289
15	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS PESSOAS	290
1	Afastamento da atividade	290
1.1	Empresário e administradores	291

1.2	Sócios	293
2	Inabilitação do falido.....	294
2.1	Efeitos e alcance da inabilitação	297
3	Deveres do falido.....	297
3.1	Assinar o termo de comparecimento	299
3.1.1	Causas determinantes da falência	300
3.1.2	Sócios, administradores e atos constitutivos.....	301
3.1.3	Contador	301
3.1.4	Mandatos	302
3.1.5	Bens fora do estabelecimento, participação em outras sociedades e contas bancárias.....	303
3.2	Depositar livros obrigatórios	304
3.3	Não se ausentar.....	304
3.4	Comparecer aos atos da falência	306
3.5	Entregar bens e documentos.....	306
3.6	Prestar informações	309
3.7	Auxiliar o administrador judicial	311
3.8	Examinar habilitações de crédito	313
3.9	Assistir a atos escriturais	313
3.10	Manifestar-se, quando determinado.....	314
3.11	Apresentar relação de credores.....	314
3.12	Examinar contas do administrador judicial	315
16	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES	316
1	Uniformização das obrigações	316
1.1	Vencimento antecipado das dívidas	317
1.2	Conversão monetária	318
1.3	Juros.....	319
2	Contratos	320
2.1	Resolutividade contratada.....	323
2.2	Interpelação pela contraparte.....	325
2.3	Indenização e liquidação	326
2.4	Contratos unilaterais.....	327
3	Compra e venda	327
3.1	Falência do comprador	329
3.2	Venda com reserva de domínio	330

3.3	Venda a termo de bens cotados em bolsa ou mercado.....	331
3.4	Promessa de compra e venda de bens imóveis	332
4	Locação.....	336
4.1	Locação contratada após a falência.....	338
5	Acordo para compensação e liquidação de obrigações	339
6	Mandato	339
6.1	Prestação de contas.....	340
7	Contas-correntes	342
8	Obrigações compensáveis	343
9	Concessão de serviço público.....	345
9.1	Parcerias público-privadas	346
17	ARRECADAÇÃO	348
1	Arrecadação, avaliação e custódia de bens e documentos	348
1.1	Lacre do estabelecimento	350
2	Arrecadação de bens	351
2.1	Bens constritos.....	352
2.2	Condomínio	354
2.3	Participações societárias	356
2.4	Relações jurídicas controversas	357
2.5	Expressividade econômica e comercialidade.....	359
2.6	Patrimônio de afetação.....	360
2.7	Outras relações patrimoniais	361
2.8	Empresa individual de responsabilidade limitada	362
3	Arrecadação de documentos.....	362
3.1	Limites.....	366
4	Avaliação	366
4.1	Auto de arrecadação, inventário e laudo de avaliação	368
5	Custódia de bens e documentos	369
5.1	Venda antecipada de bens	370
5.2	Aluguel, cessão e outros contratos com bens arrecadados	372
18	RESTITUIÇÃO, INEFICÁCIA, REVOGAÇÃO E EMBARGOS.....	374
1	Restituição de bens	374
2	Restituição em dinheiro.....	376
2.1	Inexistência da coisa ao tempo da restituição.....	377

2.2	Contrato de câmbio.....	378
2.3	Valores adiantados em contratos revogados ou ineficazes	381
2.4	Contribuições previdenciárias	383
2.5	Depósitos bancários	384
3	Ação de restituição.....	388
4	Embargos de terceiro.....	390
5	Ineficácia de atos anteriores à falência	391
5.1	Pagamento antecipado de obrigações	394
5.2	Pagamento alternativo de obrigações	396
5.3	Constituição de direito real de garantia	398
5.4	Atos a título gratuito	399
5.5	Renúncia à herança ou a legado	401
5.6	Trespasse de estabelecimento.....	401
5.7	Registro ou averbação imobiliários após a falência.....	402
5.8	Reembolso de ações	404
6	Ação revocatória	405
7	Aspectos comuns à ineficácia e à revogação	407
19	CRÉDITOS NA FALÊNCIA	410
1	Verificação e habilitação.....	410
2	Classificação dos créditos	412
2.1	Créditos trabalhistas e acidentários	413
2.1.1	Créditos acidentários.....	414
2.2	Créditos com garantia real.....	416
2.2.1	Créditos trabalhistas com garantia real	417
2.3	Créditos tributários	419
2.4	Créditos com privilégio especial	420
2.5	Créditos com privilégio geral.....	421
2.6	Créditos quirografários	422
2.7	Multas e penas pecuniárias.....	423
2.8	Créditos subordinados.....	424
2.9	Juros vencidos após a decretação.....	425
2.10	Falido	425
3	Créditos extraconcursais	425

20	REALIZAÇÃO DO ATIVO, PAGAMENTO DOS CREDORES E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA.....	428
1	Realização do ativo	428
2	Formas de realização do ativo.....	429
2.1	Escolha da forma de alienação.....	432
2.2	Efeitos da alienação dos ativos.....	434
3	Modalidades de realização do ativo	437
3.1	Modalidades alternativas	438
3.2	Sociedade de propósito específico.....	440
4	Pagamentos	441
4.1	Pagamentos antecipados	443
4.2	Demais pagamentos	444
5	Encerramento da falência.....	447
6	Extinção das obrigações do falido	448
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	451
	ÍNDICE REMISSIVO	455